



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando os mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações. Este relatório está estruturado em quatro seções: informações gerais, políticas contábeis, demonstrativos contábeis e informações relevantes e declarações de regularidade de inventário.

1. Informações Gerais

O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, cadastrado no CNPJ sob o nº 83.845.701/0001-59, com sede na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis, SC, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado catarinense, num total de 111 Comarcas constituídas. São órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça, segundo a Lei Complementar nº 148/96 e os Atos Regimentais nº 41/2000, 57/2002, 59/2003 e 85/2007:

- I - O Tribunal Pleno - com todos os membros do Tribunal;
- II - A Seção Civil e Seção Criminal;
- III - Os Grupos de Câmaras, o Grupo de Direito Civil, constituído pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Civil; o Grupo de Direito Comercial composto pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Comercial; e o Grupo de Direito Público integrado pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Público;
- IV - As Câmaras Cíveis Isoladas, com a denominação de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Civil; Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Comercial; e, Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Público;
- V - As Câmaras Criminais Isoladas, com a denominação de Primeira, Segunda e Terceira;
- VI - O Conselho da Magistratura.

A organização da Justiça nos Estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, III, 98, 100 e 125), pelas contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) e pelas disposições da Constituição do Estado de Santa Catarina. O art. 77 da Constituição Estadual enumera os órgãos que integram o Poder Judiciário do Estado: "I - o Tribunal de Justiça; II - os Tribunais do Júri; III - os Juízes de Direito e os Juízes Substitutos; IV - a Justiça Militar; V - os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; VI - a Câmara Regional de Chapecó; VII - os Juízes de Paz; VIII - outros órgãos instituídos em lei".

2. Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis inseridas nesta Prestação de Contas estão em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público e foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real. A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pela Resolução nº 34/2011 GP. O objetivo foi atender o inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas

Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP); bem como os Princípios de Contabilidade. Por isso, a conta de Depreciação Acumulada apresenta valores referentes aos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Pela norma interna, ficaram dispensados desses procedimentos os bens na seguinte situação:

- I - vida útil inferior a um ano;
- II - valor inferior a mil reais;
- III - natureza cultural, interesse histórico, entre outros;
- IV - de uso comum, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- V - que não estejam alugados ou em uso;
- VI - terrenos.

O método de depreciação e amortização é o de quotas constantes. O valor residual (calculado sobre o valor de aquisição), a vida útil e as taxas de depreciação e amortização aplicadas são as seguintes:

Imobilizado	Vida Útil em anos	VI. Residual %	Depreciação %
Edificações	25	10%	4,0%
Instalações	10	10%	10,0%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10,0%
Equipamentos de Tecnologia da Informação	5	10%	20,0%
Móveis e Utensílios	10	10%	10,0%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10,0%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10,0%
Mobiliário em Geral	10	10%	10,0%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%	10,0%
Coleções de Materiais Bibliográficos	10	0%	10,0%
Discotecas e Fílmotecas	5	10%	20,0%
Veículos Diversos	15	10%	6,7%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%	6,7%
Veículos de Uso da Secretaria	5	20%	20,0%
Veículos de Carga	4	25%	25,0%
Softwares	5	-	20,0%

Quadro 1: Taxas de depreciação do imobilizado.

O ajuste a valor realizável dos bens moveis e imóveis adquiridos, recebidos em doação ou construídos, em período anterior a 2010, foram reavaliados e ajustados a valor recuperável em 2015, nos termos da Resolução nº 34/2011 GP. O trabalho foi realizado por uma Comissão Especial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, composta por servidores das áreas de Contabilidade, Engenharia, Tecnologia da Informação e Patrimônio.

Os laudos de Reavaliação foram entregues pela Comissão no mês de dezembro de 2015, porém, devido a problemas do Sistema de Patrimônio, não foram contabilizados. Devido ao tempo decorrido, é recomendado nova avaliação desses bens, tendo em vista mudanças de natureza qualitativa e quantitativa, conforme recomendam as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.

3. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

3.1 Balanço Financeiro

Este demonstrativo apresenta as receitas e despesas para os exercícios de 2019 e 2018, conforme determina a Lei nº 4.320/64 e as normas da STN (ver quadro 2). As receitas orçamentárias referem-se aos recursos cuja arrecadação ocorreu no Tribunal de Justiça. As receitas ordinárias decorrem de rendimentos de aplicações financeiras e as vinculadas, principalmente de serviços administrativos (inscrições em concurso) e operacionalização da Folha de Pagamentos, bem como de rendimentos bancários.

As receitas arrecadadas pelo Tesouro e repassadas ao Poder Judiciário estão registradas na conta Transferências Recebidas para Execução Orçamentária. A rubrica relativa a pagamentos restituíveis e valores vinculados incluem, principalmente, os desembolsos referentes a depósitos judiciais, precatórios do Estado e Municípios e retenções tributárias.

BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018
Receita Orçamentária (I)	116.782.983,03	121.937.476,98
Ordinária	95.815.376,42	121.191.174,78
Vinculada	20.967.606,61	746.302,20
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	892.445,26	746.302,20
Outras Vinculações de Recursos	20.075.161,35	26.079.960,85
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.210.761.641,40	2.056.050.862,82
Transf. Recebidas para a Execução Orçamentária	1.989.801.282,30	1.890.078.460,45
Transf. Recebidas Indep. da Execução Orçamentária	220.960.359,10	165.972.402,37
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.488.748.350,90	4.254.438.828,47
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	18.416.620,10	14.296.006,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.470.331.730,80	4.240.142.822,06
Saldo do Exercício Anterior (IV)	6.191.622.533,97	6.116.686.358,62
Caixa e Equivalente de Caixa	6.191.622.533,97	6.116.686.358,62
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	14.007.915.509,30	12.549.113.526,89
Despesa Orçamentária (VI)	2.087.344.973,09	2.156.730.216,53
Ordinária	1.830.870.933,73	1.689.029.431,16
Vinculada	256.474.039,36	467.700.785,37
Recursos Vinculados à Previdência Social	255.480.418,82	223.291.444,57
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	15.199.790,05
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	-	9.855.860,92
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	629.960,00	-
Outras Vinculações de Recursos	363.660,54	212.437.083,14
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	489.978.842,80	179.453.483,99
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	269.018.483,70	13.481.081,62
Transf. Concedidas Indep. Da Execução Orçamentária	220.960.359,10	165.972.402,37
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	5.063.395.755,78	4.021.307.292,40
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	9.209.172,31	11.711.451,88
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	56.483.510,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.054.186.583,47	3.953.112.329,99
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	6.367.195.937,63	6.191.622.533,97
Caixa e Equivalente de Caixa	6.367.195.937,63	6.191.622.533,97
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	14.007.915.509,30	12.549.113.526,89

Quadro 2: Balanço Financeiro.

As rubricas desta demonstração, no entanto, não demonstram a efetiva movimentação financeira quanto à execução orçamentária, pois, as despesas orçamentárias são compostas pelo total empenhado no exercício, R\$ 2.087.344.973,09, conforme se pode verificar no balanço orçamentário (ver quadro 5). Desse montante, R\$ 18.416.620,10 não foram pagas, mas inscritas em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários. Nesse balanço, estão expressos ainda os valores da execução extraorçamentária, de modo que o resultado, R\$ 6.367.195.937,63, equivale ao saldo bancário disponível em 31.12.2019, conforme se demonstra no quadro seguinte.

Conta Bancária	Descrição	Saldo em 31/12 de	
		2019	2018
30000-4 - BB	Transferências para execução orçamentária e receitas próprias	111.166.347,36	72.876.291,88
33000-0 - BB	Rendimentos de Depósitos Judiciais - Spred	158.459.315,29	187.588.049,65
38000-8 - BB	Depósitos Judiciais	-	1.827,26
7-7 - CEF	Depósitos Judiciais	5.787.886.665,05	5.603.351.616,51
24-7 - CEF	Depósitos de precatórios do Estado	233.893.275,41	260.265.166,99
23-9 - CEF	Depósitos de precatórios dos Municípios	74.659.145,15	66.240.180,93
Contas Diversas	Cauções	1.131.189,37	1.299.400,75
Total Geral		6.367.195.937,63	6.191.622.533,97

Quadro 3: Demonstrativo de disponibilidades bancárias.

3.2 Balanço Orçamentário

Este demonstrativo apresenta o resultado da execução orçamentária e dos restos a pagar. É composto pelos quadros da Receita Orçamentária, Despesas Orçamentárias e Restos a Pagar não Processados.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2019

Valores em R\$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Atualizada	Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	137.934.213,00	137.934.213,00	115.890.537,77	- 22.043.675,23
Receita patrimonial	131.883.213,00	131.883.213,00	112.230.781,90	- 19.652.431,10
Receita de Serviços	6.000.000,00	6.000.000,00	3.535.006,24	- 2.464.993,76
Outras receitas correntes	51.000,00	51.000,00	124.749,63	73.749,63
Receitas de Capital	-	-	892.445,26	892.445,26
Alienação de bens	-	-	892.445,26	892.445,26
Total Receitas	137.934.213,00	137.934.213,00	116.782.983,03	- 21.151.229,97
Déficit	-	-	1.970.561.990,06	
Total	137.934.213,00	137.934.213,00	2.087.344.973,09	- 21.151.229,97
Superávit Financeiro	-	178.710.291,58	197.291.613,18	-

Quadro 4: Balanço Orçamentário: Receitas Orçamentárias.

As receitas realizadas (ver Quadro 4) importaram em R\$ 116.782.983,03, as quais somadas ao repasse para execução orçamentária, no valor de R\$ 1.989.801.282,30, totalizaram R\$ 2.106.584.265,33. O déficit apresentado nesse balanço foi de R\$ 1.970.561.990,06 e representa a diferença entre as receitas realizadas e o saldo atualizado das despesas previstas.

No quadro 5, verifica-se que as despesas liquidadas e pagas atingiram R\$ 2.068.928.352,99, que somadas aos restos a pagar executados no período totalizaram R\$ 2.078.137.525,30. Portanto, observa-se que os recursos totais que ingressaram para execução orçamentária, incluindo receitas e transferências financeiras de outras unidades, superaram as despesas pagas em R\$ 28.446.740,03 ou 1,4%, resultando em um saldo positivo. No exercício anterior, esse resultado foi deficitário em R\$ 198,6 milhões, o que representava aproximadamente 10% de gastos superiores às receitas arrecadadas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2019

Valores em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas correntes	1.747.820.355,00	2.205.043.180,58	2.071.288.619,87	2.055.874.836,12	2.055.874.836,12	133.754.560,71
Pessoal/enc. sociais	1.463.643.099,00	1.819.727.411,51	1.755.109.151,84	1.755.109.151,84	1.755.109.151,84	64.618.259,67
Out. desp. correntes	284.177.256,00	385.315.769,07	316.179.468,03	300.765.684,28	300.765.684,28	69.136.301,04
Desp. de capital	40.377.458,00	51.575.017,51	16.056.353,22	13.053.516,87	13.053.516,87	35.518.664,29
Investimentos	40.367.458,00	51.565.017,51	16.056.353,22	13.053.516,87	13.053.516,87	35.508.664,29
Inv. financeiras	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00
TOT. DESPESAS	1.788.197.813,00	2.256.618.198,09	2.087.344.973,09	2.068.928.352,99	2.068.928.352,99	169.273.225,00
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.788.197.813,00	2.256.618.198,09	2.087.344.973,09	2.068.928.352,99	2.068.928.352,99	169.273.225,00

Quadro 5: Balanço Orçamentário: Despesas Orçamentárias.

Em 2019, não houve inscrição de restos a pagar processados. Os Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício anterior e pagos em 2019 totalizaram R\$ 14.296.006,41, conforme se demonstra no quadro 6.

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO 2019

Valores em R\$

Restos a Pagar Não Processados	INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/Dez Ex. Anterior				
Despesas Correntes	-	11.681.953,18	6.953.693,93	6.953.693,93	4.728.259,25	-
Pessoal/Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Outras Desp. Correntes	-	11.681.953,18	6.953.693,93	6.953.693,93	4.728.259,25	-
Despesas de Capital	-	2.614.053,23	2.255.478,38	2.255.478,38	358.574,85	-
Investimentos	-	2.614.053,23	2.255.478,38	2.255.478,38	358.574,85	-
TOTAL	-	14.296.006,41	9.209.172,31	9.209.172,31	5.086.834,10	-

Quadro 6: Balanço Orçamentário: Restos a Pagar Não Processados.

Observa-se que, do total inscrito, R\$ 9,2 milhões ou 64% foram liquidados e pagos, enquanto o restante foi cancelado. Referente às despesas correntes, o percentual de cancelamento foi de 40%, enquanto das despesas de capital, foi de 14%. Esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento de 2021.

3.3 Balanço Patrimonial

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro de 2019 e 2018. No ativo, estão demonstradas as contas que representam os recursos aplicados nas atividades do órgão e no passivo, as origens desses recursos. No quadro 7, apresenta-se o Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL Contas	Valores em R\$	
	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO	6.863.230.662,51	6.714.210.038,69
Ativo Circulante	6.392.240.270,21	6.225.535.416,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.367.195.937,63	6.191.622.533,97
Créditos Decorrentes da Participação na RLD	6.203.753,15	24.223.116,91
Estoques	7.194.038,80	8.200.691,22
Prêmios de Seguros a Apropriar	-	44,88
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	163.460,31	14.132,32
Adiantamentos Concedidos a Fornecedores	11.483.080,32	1.474.897,32
Ativo Não-Circulante	470.990.392,30	488.674.622,07
INVESTIMENTOS	88.281,88	88.281,88
IMOBILIZADO	432.459.455,61	439.737.295,87
Bens Móveis	251.845.221,84	247.816.797,24
Bens Imóveis	307.225.290,06	298.866.879,50
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	- 126.611.056,29	- 106.946.380,87
INTANGÍVEL	38.442.654,81	48.849.044,32
Softwares	117.152.836,34	108.774.944,54
(-) Amortização Acumulada	- 78.710.181,53	- 59.925.900,22
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.863.230.662,51	6.714.210.038,69
Passivo Circulante	6.098.605.193,50	5.935.221.518,37
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a CP	921.075,76	921.075,76
Precatórios de Fornecedores a Curto Prazo	66.074,49	66.074,49
Valores Restituíveis	6.087.038.241,05	5.670.893.093,72
Outras Obrigações a Curto Prazo	10.579.802,20	263.341.274,40
Passivo Não-Circulante	11.918.114,56	6.080.584,64
Precatórios de Pessoal a Pagar	11.918.114,56	6.080.584,64
Patrimônio Líquido	752.707.354,45	772.514.023,29
Resultados Acumulados	752.707.354,45	772.514.023,29

Quadro 7: Balanço Patrimonial.

As disponibilidades financeiras estão registradas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que contém recursos próprios, 4,4%, e de terceiros, 95,6%. No exercício anterior, essa relação foi de 8% para 92%. Na conta direitos a curto prazo, os créditos de participação na RLD, no valor de R\$ 6.203.753,15 deverão ser cancelados a título de dedução de precatórios pagos pelo Tesouro do Estado referentes a servidores do Poder Judiciário. O saldo da conta Adiantamentos concedidos a fornecedores, no valor de R\$ 11.483.080,32, refere-se a despesas de informática, cujo detalhamento está no quadro 8.

Razão Social	CNPJ	Serviço	Valor em R\$	Prazo
Teltec Solutions Ltda	04.892.991/0001-15	Renovação de licença de softwares	2.776.311,84	48 meses
Teltec Solutions Ltda	04.892.991/0001-15	Garantia estendida de softwares	2.208.000,00	48 meses
Teltec Solutions Ltda	04.892.991/0001-15	Garantia de equipamentos de rede	132.361,00	25 meses
PtIs Serv. de Tecn. e Assessoria Técnica Ltda	09.162.855/0005-17	Locação de Softwares	5.662.559,00	28 meses
Freenet Informática Ltda	67.537.563/0001-94	Manutenção e Conservação de Software	254.646,00	47 meses
Teletex Computadores e Sistemas Ltda	79.345.583/0001-42	Manutenção e Conservação de Software	35.016,54	13 meses
Elosoft Informática Ltda	86.975.547/0001-28	Manutenção e Conservação de Software	414.185,94	6 meses
Total			11.483.080,32	

Quadro 8: Adiantamentos Concedidos a Fornecedores.

Na conta Estoques, referente a 2019, estão registrados materiais de consumo e bens móveis, no valor de R\$ 2.089.865,63 e R\$ 5.104.173,17, respectivamente, os quais se encontravam depositados no Almoarifado Central, na data de fechamento do balanço.

A conta investimentos (R\$ 88.281,88) se refere a participações em companhias de telefonia, avaliadas pelo método de custo e o imobilizado se subdivide em Bens Móveis, Imóveis e Depreciação Acumulada. A classificação dos bens móveis está demonstrada no quadro 9:

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Bens Móveis	251.845.221,84	247.816.797,24
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	38.882.156,14	37.649.312,40
Equipamentos de Tecnologia da Informação	126.629.436,80	125.058.908,65
Móveis e Utensílios	71.855.349,57	72.453.905,13
Aparelhos e Utensílios Domésticos	583.070,09	579.486,13
Máquinas e Utensílios de Escritório	12.904.164,65	13.852.749,36
Mobiliário em Geral	58.368.114,83	58.021.669,64
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.273.054,04	666.935,70
Obras de Arte e Peças para Exposição	1.080,07	1.080,07
Veículos em Geral	249.949,99	249.949,99
Veículos de Tração Mecânica	12.955.275,30	11.736.705,30

Quadro 9: Bens Imóveis.

Os bens imóveis são compostos por edificações e terrenos, além dos bens em construção e de benfeitorias em propriedades de terceiros, conforme demonstra o quadro 10:

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Bens Imóveis	307.225.290,06	298.866.879,50
Bens de Uso Especial	304.083.530,56	295.908.483,61
Edificações	244.825.106,81	240.453.348,15
Terrenos	59.258.423,75	55.255.135,46
Bens Imóveis em Andamento	2.950.400,89	2.950.400,89
Obras em Andamento	2.935.670,89	2.935.670,89
Estudos e Projetos	14.730,00	14.730,00
Instalações	183.363,61	0,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	7.995,00	7.995,00

Quadro 10: Bens Imóveis.

Na conta Bens Imóveis em Andamento estão classificadas edificações em uso, no valor de R\$ 2.950.400,89, por deficiência do sistema de patrimônio. Pelo mesmo motivo, os bens reavaliados em 2015 ainda não foram contabilizados. As obras em andamento estão detalhadas no quadro 11:

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Casa da Cidadania de Laurentino	299.894,14	299.894,14
Casa da Cidadania de Piratuba	16.058,61	16.058,61
Casa da Cidadania de Victor Meirelles	252.203,46	252.203,46
Casa da Cidadania de Witmarsun	296.080,61	296.080,61
Reforma Gráfica	454.277,98	454.277,98
Reforma Academia Judicial - Ed. Almirante Lamego	1.631.886,09	1.631.886,09

Quadro 11: Obras em andamento.

O saldo da conta Instalações, no valor de R\$ 183.363,61 se refere ao edifício da Comarca de São Miguel D'Oeste. O saldo das contas de depreciação acumulada, em 2019, atingiu R\$ 126.611.056,29, conforme se demonstra no quadro 12:

Contas	31/12/2019	31/12/2018
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	126.611.056,29	106.946.380,87
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	107.336.215,04	93.132.445,11
(-) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.854.504,03	7.474.306,22
(-) Equipamentos de Tecnologia da Informação	79.358.614,53	68.461.733,53
(-) Móveis e Utensílios	12.775.976,03	10.955.877,81
(-) Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	6.989,85	6.191,01
(-) Veículos	6.340.130,60	6.234.336,54
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	19.268.036,95	13.809.172,66
(-) Bens de Uso Especial	19.268.036,95	13.809.172,66
(-) Amortiz. Acum. Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	6.804,30	4.763,10

Quadro 12: Depreciação/Amortização Acumuladas.

No intangível, estão registrados softwares adquiridos ou desenvolvidos desde de janeiro de 2010, no valor de R\$ 117.152.836,34, cuja amortização acumulada é de R\$ 78.710.181,53. Os demais bens dessa natureza, referentes a períodos anteriores, ainda não foram identificados e avaliados para fins de registro.

As obrigações com vencimento a curto e longo prazo estão registradas nas contas do passivo. As primeiras se referem, sobretudo, a depósitos judiciais e precatórios do Estado e dos Municípios e as

de longo prazo, a precatórios próprios. Nesse contexto, a conta Valores Restituíveis totaliza R\$ 6.087.038.241,05. Os depósitos recebidos por determinação judicial são oriundos da sociedade e se referem a processos que estão tramitando. Os depósitos para pagamento de precatórios foram preventivamente efetuados por entes públicos a fim de garantir os direitos dos credores pelo Tribunal de Justiça. As cauções decorrem de garantias contratuais efetuadas por fornecedores. O detalhamento está demonstrado no quadro 13:

Contas	31/12/2019	31/12/2018
Garantias	1.131.189,37	1.299.400,75
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	5.787.886.665,05	5.603.353.443,77
Depósitos para Pagamento de Precatórios do Estado	223.361.173,21	-
Depósitos para Pagamento de Precatórios	74.659.145,15	66.240.249,20

Quadro 13: Valores Restituíveis.

Da conta Depósitos Recebidos por Determinação Judicial, foram transferidos ao Poder Executivo e a Municípios do Estado de Santa Catarina outros valores da mesma conta, com base na Lei Complementar 151/2015 e na Lei 11.429/2006. Porém, decorrem de depósitos anteriormente realizados pelos respectivos Entes, conforme se demonstra no quadro 14:

Ente Federado	Saldo dos depósitos Judiciais (100%)	Valor da Transferência	Fundo de Reserva em 31/12/2019	% do Fundo de Reserva
Estado de Santa Catarina - Poder Executivo	374.282.452,60	282.020.357,80	93.416.370,24	24,96%
Município de Araranguá	4.325.581,01	3.027.906,71	1.335.496,40	30,87%
Município de Balneário Camboriu	24.354.583,12	17.048.208,18	7.329.389,50	30,09%
Município de Blumenau	31.036.785,61	21.725.749,93	9.462.350,04	30,49%
Município de Campos Novos	27.613.976,47	19.329.783,53	8.771.972,85	31,77%
Município de Chapecó	10.460.195,88	7.322.137,12	2.819.938,83	26,96%
Município de Criciúma ³	791.928,47	554.349,93	213.444,64	26,95%
Município de Florianópolis	10.289.091,86	7.202.364,30	3.447.982,67	33,51%
Município de Imbituba	660.819,08	462.573,36	198.184,01	29,99%
Município de Indaial	34.038,83	23.827,18	10.571,28	31,06%
Município de Joinville	16.192.813,46	11.334.969,42	5.050.172,13	31,19%
Município de Lages	1.683.323,05	1.178.326,14	558.330,90	33,17%
Total	501.725.589,44	371.230.553,59	132.614.203,49	26,43%

Quadro 14: Depósitos Judiciais dos Próprios Entes.

Além disso, foram deduzidos repasses (empréstimos) realizados ao Poder Executivo e a Municípios do Estado de Santa Catarina, nos termos das Emenda Constitucional 94/2016, conforme demonstrase no quadro 15:

Ente Federado	Processo Administrativo	Data da Transferência	Saldo Atualizado
Estado de Santa Catarina/PE	35090/2017	07/12/2017	575.381.589,41
Município de Araranguá	01183/2018	30/01/2018	3.279.330,68
Município de Chapecó	45608/2017	22/01/2018	16.343.690,74
Município de Criciúma	41670/2017	02/03/2018	17.240.028,17
Município de Florianópolis	01810/2018	30/01/2018	36.818.201,43
Município de Içara	47095/2017	20/12/2017	2.043.089,54
Município de Lauro Muller	04591/2018	27/07/2018	192.355,68
Município de Monte Carlo	43931/2017	20/08/2018	186.249,96
Município de Siderópolis	42755/2017	10/04/2018	1.157.862,27
Município de Tubarão	41482/2017	10/04/2018	12.641.774,93
Total			665.284.172,81

Quadro 15: Depósitos Judiciais de Terceiros.

Esses valores estão demonstrados no Balanço Patrimonial através de contas redutoras e se referem a depósitos realizados por terceiros decorrentes de decisão judicial. Por isso, os entes beneficiados deverão devolvê-los, atualizados, em parcelas mensais, no prazo de dez anos, a partir de 31/01/2021.

Os saques estão limitados a 80% (Lei 10.482/2002) e 70% (LC 151/2015/Lei 10.482/2002), mantendo-se um Fundo de Reserva, que vem sendo atualizado monetariamente em periodicidade mensal. Portanto, considerando os valores totais de depósitos judiciais em poder dos mencionados entes federados, que totalizam R\$ 1.036.514.726,40, o saldo da conta Depósitos Judiciais Ajustado é

de R\$ 6.824.401.391,45. É importante salientar que os referidos recursos, liberados com base na EC 94/2016 e demais dispositivos legais, não foram depositados em contas dos Municípios e do Poder Executivo, mas transferidos para as contas especiais para pagamento de precatórios controladas pelo Poder Judiciário. A conta Outras Obrigações a Curto Prazo totaliza R\$ 10.579.80220 e se refere ao *spread* sobre precatórios do Estado, que é o excedente dos rendimentos de aplicações financeiras.

No Patrimônio Líquido foi registrado R\$ 1.894,00, na conta 2.3.7.1.1.03.00.00 Ajustes de Exercícios Anteriores, devido a incorporação, em maio de 2019, dos bens móveis 662304 a 662357 (54 persianas) pela Comarca de Maravilha, cuja forma de aquisição é desconhecida, conforme relatório 5BM do sistema de patrimônio, conforme disposto no Processo Administrativo SPA 30912/2017.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo apresenta o resultado do período, considerando receitas (variações patrimoniais aumentativas) e despesas (variações patrimoniais diminutivas) pelo regime de competência. As variações estão divididas em quantitativas e qualitativas. O quadro seguinte apresenta este demonstrativo referente aos exercícios de 2019 e 2018:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		Valores em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2.619.733.032,76	2.198.836.843,55	
Receita de Serviços	9.589.380,64	4.845.166,08	
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	106.176.407,50	116.189.313,49	
Transferências Intragovernamentais	2.471.306.570,62	2.056.050.862,82	
Outras Transferências e Delegações Recebida	26.915.035,75	19.482.663,60	
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.050,00	2.347,24	
Ganhos com Alienação de Ativos	4.523,15	-	
Desincorporação de Passivos	1.591.427,63	33.003,79	
Multas Administrativas	118.762,22	92.220,70	
Indenizações e Restituições	2.770.326,44	2.141.265,83	
Fatos Geradores Diversos	1.259.548,81	-	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	2.639.541.595,60	2.310.848.966,64	
Pessoal e Encargos	1.604.462.499,95	1.504.011.271,60	
Remuneração a Pessoal	1.119.814.684,05	1.008.051.542,61	
Encargos Patronais	259.892.795,14	238.759.709,53	
Benefícios a Pessoal	121.466.927,06	144.022.244,33	
Outras Variações - Pessoal e Encargos	103.288.093,70	113.177.775,13	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	304.039.526,93	270.843.365,21	
Uso de Material de Consumo e Serviços	107.365.183,79	102.645.772,36	
Depreciação, Amortização e Exaustão	40.849.296,49	42.586.173,13	
Variações Monetárias e Cambiais	885.098,55	423.660,64	
Transferências e Delegações Concedidas	508.190.026,91	297.473.712,92	
Transferências Intraorganizacionais	503.274.380,14	293.816.779,28	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.915.646,77	3.656.933,64	
Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.068.163,75	18.887.245,41	
Perdas com Alienação	2.424.767,32	89.640,96	
Perdas Involuntárias/Reavaliação de ativos	974,00	1.976,92	
Desincorporação de Ativos	4.642.422,43	18.795.627,53	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.408,98	59.178,33	
Premiações	-	560,00	
Indenizações e Restituições	48.050.237,59	57.571.989,24	
VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos	18.576.152,66	16.346.037,80	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 19.808.562,84	- 112.012.123,09	
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	
Incorporação de Ativo	13.053.516,87	13.394.883,31	
Desincorporação de Ativo	892.445,26	746.302,20	

Quadro 16: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

As receitas patrimoniais (VPA) demonstradas na DVP, no total de R\$ 2.619.733.032,76, apresentam registros efetivos e permutativos entre receitas e despesas. Observa-se que a variação das receitas

patrimoniais aumentativas (VPA), em relação a 2018, foi positiva em 19%. As contas com valores mais relevantes referem-se às transferências intragovernamentais, representando 94% das receitas totais. Excluindo-se as movimentações entre contas bancárias, no valor total de R\$ 485.867.042,39, tendo em vista sua natureza permutativa, observa-se, conforme demonstrado no quadro 17, que o item mais expressivo (85%) decorre da participação na receita líquida disponível (duodécimo). Os recursos recebidos do IPREV para o pagamento de inativos sofreram aumento de 12%, devido ao aumento das despesas com benefícios previdenciários.

Descrição	2019	2018	Perc.
Participação na Receita Líquida Disponível	1.695.622.127,87	1.531.719.937,17	11%
Participação na Receita Fundo Pró-Emprego	-	3.125.684,19	-
Indenizações e restituições	2.763.435,14	2.073.128,98	33%
Descentralização de recursos para pagamento de inativos	291.415.719,29	261.059.899,61	12%
Transf. para pagamento de precatórios do Estado	-	92.099.810,50	-
Total	1.989.801.282,30	1.890.078.460,45	5%

Quadro 17: Transferências intragovernamentais.

A participação na Receita Líquida Disponível (RLD) do Estado aumentou 11% em relação ao mês anterior e os valores recebidos mensalmente estão descritos no quadro 18:

Período	Valor em R\$
Janeiro	154.871.414,15
Fevereiro	147.081.939,98
Março	144.371.235,34
Abril	134.166.081,75
Mai	139.962.903,96
Junho	140.202.049,30
Julho	136.949.616,47
Agosto	131.614.322,39
Setembro	140.420.578,50
Outubro	141.362.806,41
Novembro	140.398.288,37
Dezembro	144.220.891,25
Total	1.695.622.127,87

Quadro 18: Participação na RLD – Exercício 2019.

Destaca-se que as receitas com serviços decorrem de Taxas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, no valor de R\$ 3.536.610,00 e de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos, no valor de R\$ 6.054.374,40, totalizando R\$ 9.589.380,64.

As receitas oriundas de rendimentos de aplicações financeiras totalizaram R\$ 106.176.407,50, enquanto no exercício anterior, o valor arrecadado foi de R\$ 116.189.313,49, representando uma queda de 9%.

As variações patrimoniais diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais, apresentadas na DVP, totalizaram R\$ 2.639.541.595,60, conforme demonstrado no quadro 16, sendo que R\$ 485.867.042,39 se referem a registros permutativos/transferências intraorganizacionais.

Verifica-se que o resultado patrimonial do período foi negativo em R\$ 19.808.562,84, pois as despesas patrimoniais superam as receitas patrimoniais em 1%. No exercício anterior, esse percentual foi de 5%. As despesas mais expressivas com pessoal e encargos, representando 61% do total. Os benefícios previdenciários respondem por 12% das despesas e materiais de consumo e serviços, por 4%.

No que tange às variações patrimoniais qualitativas, o valor referente à incorporação de ativo, no total de R\$ 13.053.516,87, decorre da aquisição de bens móveis, os quais inicialmente foram transferidos para a conta de estoques. O Tribunal não adota como metodologia a incorporação dos bens no momento da aquisição, mas quando as unidades os solicitam para uso. Por isso, parte desses itens foi incorporada posteriormente, restando ainda em estoque bens no valor de R\$ 5.104.173,17.

Quanto à desincorporação de ativos no valor de R\$ 892.445,26, observa-se que foram leiloados equipamentos gráficos e odontológicos e veículos, nos meses de agosto a dezembro de 2019, conforme exposto no quadro 19:

Descrição	Valor em R\$
Equipamentos e materiais odontológicos	11.217,16
Equipamentos e materiais gráficos	663.757,40
Veículos	217.470,70
Total	892.445,26

Quadro 19: Bens Leiloados em 2016.

Destacam-se as VPD de depreciação e amortização de bens, no valor total de R\$ 40.849,296,49, tendo em vista que decorrem dos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010 e que ainda não passaram por nova avaliação. Esse montante seria superior, se estivessem sendo depreciados os bens móveis e imóveis adquiridos e incorporados até dezembro de 2009, reavaliados em dezembro de 2015 por R\$ 788.078.562,25, dos quais, R\$ 459.085.356,90 se referem a edificações e R\$ 328.993.205,36 a terrenos. Esse foi o único trabalho de reavaliação realizado desde que esse procedimento se tornou obrigatório.

3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

Esta demonstração apresenta as entradas e saídas financeiras durante os dois últimos exercícios. Os fluxos estão segmentados em atividades operacionais e de investimentos, conforme se demonstra no quadro 20.

FLUXO DE CAIXA		Valores em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	2.326.652.179,17	2.177.242.037,60	
Receita Patrimonial	6.054.374,40	4.845.166,08	
Receita de Serviços	3.535.006,24	-	
Remuneração das Disponibilidades	106.176.407,50	116.189.313,49	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	124.749,63	156.695,21	
Outros ingressos operacionais	2.210.761.641,40	2.056.050.862,82	
Desembolsos	2.552.807.372,85	2.371.940.461,94	
Pessoal e demais despesas	1.819.068.956,00	1.963.585.793,22	
Transferências concedidas	243.759.574,05	228.901.184,73	
Outros desembolsos operacionais	489.978.842,80	179.453.483,99	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	- 226.155.193,68	- 194.698.424,34	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	892.445,26	746.302,20	
Alienação de bens	892.445,26	746.302,20	
Desembolsos	15.308.995,25	18.142.194,58	
Aquisição de ativo não circulante	13.070.614,75	6.561.479,35	
Outros desembolsos de investimentos	2.238.380,50	11.580.715,23	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	- 14.416.549,99	- 17.395.892,38	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	- 240.571.743,67	- 212.094.316,72	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	520.729.440,25	732.823.756,97	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	280.157.696,58	520.729.440,25	
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS			
Intragovernamentais	243.759.574,05	228.901.184,73	
Total das Transferências Correntes Concedidas	243.759.574,05	228.901.184,73	
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	
Judiciária	1.527.653.236,71	1.487.326.260,81	
Previdência Social	291.415.719,29	261.059.899,61	
Encargos Especiais	-	215.199.632,80	
Total Desembolsos Pessoal e Demais Despesas por Função	1.819.070.975,00	1.963.585.793,22	

Quadro 20: Demonstração do Fluxo de Caixa.

No quadro 20, apresenta-se o Fluxo de Caixa, no qual estão incluídos os recursos orçamentários. Observa-se que, em 2019, o ingresso de recursos foi inferior ao desembolso. Assim, o resultado líquido das atividades operacionais ficou negativo em R\$ 226.155.193,68. No exercício anterior, esse resultado foi negativo em R\$ 194.698.424,34. Apesar de ter ocorrido o ingresso de recursos de investimentos em 2019, no valor de R\$ 892.445,26, os desembolsos atingiram R\$ 15.308.995,25, dos quais 85% foi utilizado na aquisição de bens móveis, resultando um fluxo de caixa líquido negativo de R\$ 14.416.549,99.

Observa-se que a geração líquida de caixa, em 2017, foi positiva em 317,5 milhões, mas, em 2018 e 2019, foram respectivamente negativas em R\$ 212 e R\$ 240,6 milhões. Ressalta-se que o saldo financeiro ao final de 2017 era de R\$ 732 milhões; em 2018, R\$ 520,7 milhões e em 2019, R\$ 280 milhões, representando uma redução de aproximadamente 62% entre 2017 e 2019.

4 Declarações de Regularidade de Inventário

As declarações de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado e físico de bens móveis permanentes foram apresentadas com ressalvas, haja vista a existência de inconsistências ou irregularidades. As providências estão sendo tomadas administrativamente, conforme informações extraídas desses documentos.

ELLEN WHITE BAIENSE CONCENÇO
Contadora do Tribunal de Justiça
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC/SC 021875